



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
<http://www.cecs.uminho.pt>

Categorização e diferenciação: a percepção do estatuto social de diferentes grupos étnicos em Portugal*

Rosa Cabecinhas

Professora Auxiliar

cabecinhas@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

*Cabecinhas, R. (2003). *Categorização e diferenciação: A percepção do estatuto social de diferentes grupos étnicos em Portugal*. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura 5, 69-91.

Categorização e diferenciação: A percepção do estatuto social de diferentes *grupos étnicos* em Portugal[†].

Resumo

Este estudo teve como objectivo averiguar o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido de catorze ‘grupos étnicos’ na sociedade portuguesa. Desses catorze grupos, onze foram designados em função da origem nacional ou geográfica (*angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, ciganos, guineenses, indianos, macaenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, e timorenses*) e três foram designados em função da cor da pele (*brancos, negros e mestiços*). Este estudo foi realizado em diferentes zonas do país (Braga, Bragança, Porto, Lisboa, Évora e Faro). Os resultados permitiram verificar que, independentemente do sexo dos inquiridos e do local de recolha de dados, os *ciganos* constituem o grupo de menor estatuto social percebido na sociedade portuguesa, logo seguidos pelos cinco grupos oriundos dos *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa* (PALOP).

Abstract

The main propose of this study was to investigate the perceived social status and the perceived numeric status of fourteen ‘ethnic groups’ in Portuguese society. Eleven groups were named by their national or regional origin (*Angolans, Brazilians, Cape-Verdians, Gypsies, Guineans, Indians, Macau-Chinese, Mozambicans, Portuguese, Natives of St. Tomé, and Natives of East Timor*) and three were named by their skin colour (*White, Black, Mulattoes*). Data collection was conducted in different regions of the country (Braga, Bragança, Porto, Lisboa, Évora e Faro). Results showed that, independently of the sexe of the respondents and the local of data collection, *Gypsies* are the group with lower perceived social status in the Portuguese society, followed, by near, by the five groups of African origin (*Angolans, Cape-Verdians, Guineans, Mozambicans, Natives of St. Tomé*).

[†] Esta investigação foi realizada no âmbito do projecto de doutoramento da autora, tendo sido facilitada pela atribuição de uma bolsa pela Fundação Calouste Gulbenkian. A autora agradece aos colegas que colaboraram directa ou indirectamente na recolha de dados nas várias zonas do país: Alberto Sá, Ana Paula Simões, Carlos Brígida, Guilhermina Carvalheira, Isabel Correia, Jaime Ramos, Osvaldo Régua e Paulo Nossa. Agradece igualmente a todos os estudantes que participaram neste estudo.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente considerado um país de *emigração*, Portugal tornou-se recentemente também um país de *imigração* (Machado, 1994: 112), o que contribuiu, por um lado, para o aumento em termos numéricos da população residente em Portugal e, por outro, para uma maior heterogeneidade dessa população em termos culturais, linguísticos e religiosos. A problemática da imigração tem vindo a ganhar grande visibilidade pública, ocupando um lugar de destaque nos meios de comunicação social (e.g., Cunha, Policarpo, Monteiro e Figueiras, 2002), e o racismo tornou-se uma das questões mais delicadas e controversas da *agenda* contemporânea (Machado, 2000; Pina-Cabral, 1998).

O estudo que aqui apresentamos insere-se numa investigação mais ampla (Cabecinhas, 2002) sobre os processos cognitivos subjacentes à discriminação social (Allport, 1954/1979; Tajfel, 1982), na qual analisámos de que forma esses processos cognitivos são influenciados pelas ideologias dominantes (Amâncio, 1994; Deschamps, 1982; Doise, 1976/1984; Lorenzi-Cioldi, 1988).

Este trabalho insere-se claramente num ciclo histórico que conduziu, em Portugal, à grande relevância da problemática da discriminação social na opinião pública, no meio político e no meio científico. Antes de apresentarmos os nossos dados empíricos, lançaremos um breve olhar sobre a evolução da problemática da imigração e das minorias étnicas em Portugal desde a revolução de 25 de Abril de 1974.

A consolidação da democracia e a descolonização vieram provocar um aumento significativo da população residente em Portugal, não só devido ao regresso de portugueses residentes nas ex-colónias e na Europa, mas sobretudo pelo aumento dos fluxos imigratórios. Os dados retrospectivos fornecidos pelo *Instituto Nacional de Estatística* (INE) ilustram bem este fenómeno: em 1975 havia 31 983 estrangeiros com residência legalizada em Portugal; em 1990 esse número ascendia a 107 767; e uma década depois este número havia duplicado, situando-se nos 208 198.

Na segunda metade da década de setenta, assistiu-se a um aumento substancial no crescimento da população residente em Portugal em resultado do processo de descolonização. Um primeiro fluxo foi constituído pelo regresso de mais de meio milhão de portugueses residentes nas ex-colónias e que passaram a ser designados por ‘retomados’[‡]. Um segundo

[‡] Como refere Machado (1994: 113-115) não é possível saber de entre os ‘retornados’ quantos deles seriam de origem africana. De facto, muitos dos africanos ‘retornados’ não podem ser considerados imigrantes, visto que formalmente têm a nacionalidade portuguesa. Nesse sentido, Machado propõe a designação de ‘lusos-

fluxo foi constituído por população africana dos PALOP. Finalmente, verificou-se uma intensificação dos fluxos migratórios com origem na Europa e na América, devido ao regresso de emigrantes portugueses e pela vinda de naturais desses países (Rocha-Trindade, 1995).

Segundo os dados do censo de 1981 residiam em Portugal 9 833 014 habitantes. De notar que, entre 1960 e 1981, o número de imigrantes aumentou 313%: o seu peso total na população residente passou de 0.33 % em 1960 para 1.24 % em 1981 (Esteves, 1991: 21). Os estrangeiros provenientes das ex-colónias de África, aproximadamente 45000, representavam 42% do número total de estrangeiros residentes no país (Saint-Maurice e Pires, 1989).

Ultrapassado o período da descolonização, desenvolveram-se novos padrões de imigrações dos PALOP para Portugal. Por um lado, verificou-se uma intensificação dos fluxos migratórios laborais já existentes, sobretudo oriundos de Cabo-Verde, e a constituição de fluxos envolvendo os outros países, em especial da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. Por outro lado, verificaram-se fluxos migratórios de menor amplitude, envolvendo refugiados políticos, especialmente de Angola e de Moçambique. Finalmente, a institucionalização de acordos de cooperação entre Portugal e os PALOP ao nível do ensino secundário e do ensino superior permitiu que estudantes oriundos destes países efectuassem a sua formação académica em Portugal (Miranda, 2002).

Mas foi sobretudo depois da adesão de Portugal à *Comunidade Económica Europeia* (actualmente designada *União Europeia*) em 12 de Julho de 1986 que a imigração passou a assumir uma importância crescente, acentuando-se ainda mais desde a concretização dos Acordos de Schengen, permitindo a livre circulação de pessoas na União Europeia. O fim da *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, em 1989, e as subsequentes alterações profundas na geopolítica europeia, levaram a um aumento exponencial de imigrantes oriundos dos países do Leste Europeu em todos os países da União Europeia, o que também atingiu Portugal, especialmente a partir da segunda metade dos anos noventa.

Segundo o INE a população residente em Portugal é actualmente de 10 318 084 habitantes. De 1991 a 2001 a população portuguesa registou um aumento de 4,6%, sendo este devido, em grande parte, à imigração[§]. Segundo dados provisórios do *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* (SEF), em 2001 o número de estrangeiros ascendia a 219 792, isto é, 2.13% da população residente em Portugal. Apesar destes números serem inferiores em termos percentuais aos

africanos' que engloba tanto os africanos de nacionalidade portuguesa que optaram por se fixar em Portugal na sequência da descolonização, como os novos luso-africanos que, sendo filhos dos primeiros, "nasceram e/ou cresceram em Portugal e aos quais se chama, erroneamente, 'imigrantes de segunda geração' " (1994: 112).

[§] Dados preliminares dos Censos 2001 consultados no site oficial do INE em 28/12/2001: www.ine.pt.

registados noutros países europeus^{**}, não deixam de ser significativos, tendo a questão da imigração ganho enorme visibilidade na comunicação social ao longo da última década.

Aproximadamente metade dos estrangeiros residentes em Portugal são imigrantes provenientes de África - 104 012 pessoas -, 65 314 são oriundos de países europeus, 40 369 da América, 9 279 da Ásia, 539 da Oceânia, e 273 são apátridas. Entre os imigrantes de origem africana destacam-se os oriundos dos PALOP: 48 873 cabo-verdianos, 21 700 angolanos, 16 796 guineenses, 5 895 são-tomense e 4 747 moçambicanos. Entre os imigrantes de origem americana, 23 400 são brasileiros, constituindo o segundo grupo de imigrantes mais importante em termos numéricos^{††}. Estes números referem-se apenas aos estrangeiros com residência legalizada em Portugal, estimando-se que, na realidade, o número de residentes estrangeiros seja bastante mais elevado.

Verifica-se uma enorme assimetria na proporção de estrangeiros residentes em Portugal entre as grandes e as pequenas cidades, as áreas urbanas e as rurais. Em 1996, 65% dos estrangeiros residentes em Portugal concentravam-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo. A segunda região com maior número de estrangeiros era o Algarve com 12,4%, seguida da Área Metropolitana do Porto com 6% (Machado, 1999: 50-51). Para uma descrição da localização espacial dos imigrantes em território nacional e a sua caracterização sociológica ver, por exemplo, Baganha, Ferrão e Malheiros (1999) e Machado (1997, 1999).

Em Portugal não há estatísticas oficiais baseadas na cor da pele, uma vez que os censos populacionais não implicam qualquer registo relativo a grupos 'raciais' ou 'étnicos', ao contrário do que acontece noutros países (Estados Unidos da América, Reino Unido, etc.). No entanto, alguns autores avançam com estimativas sobre algumas minorias étnicas.

Os *ciganos* constituem a minoria étnica mais antiga e mais significativa em Portugal^{‡‡}. As estimativas sobre o número de ciganos actualmente em Portugal variam enormemente em função da fonte: 20 000 (Nunes, 1981); 50 000 (Bacelar de Vasconcelos, 1998); 30 000 a 92 000 (Mendes, 1998).

De referir ainda a presença de duas 'hiperminorias' (Vala, Brito, Lopes, 1999: 11) que adquiriram alguma visibilidade sobretudo nos meios urbanos: os *indianos*, grupo constituído por cidadãos oriundos dos territórios do Estado Indiano, nos anos sessenta, e de Moçambique, nos

^{**} Em Portugal, os estrangeiros activos legais representam menos de 2,5% do total da força de trabalho enquanto que na União Europeia este valor é de aproximadamente 4% (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999: 147).

^{††} Dados provisórios fornecidos pelo Serviços de Estrangeiros e Fronteiras em 31 de Novembro de 2001.

^{‡‡} As primeiras referências a ciganos datam do início do século XVI (Correia, Brito e Vala, 2001). Para uma descrição da localização espacial dos ciganos em Portugal e a sua caracterização sociológica, ver, por exemplo, Mendes (1998).

anos setenta; e os *timorenses*, cujo primeiro contingente chegou a Portugal em 1976 depois da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia (Rocha-Trindade, 1995: 199).

Apesar do significativo crescimento da imigração em Portugal, até meados da década de noventa eram escassíssimos os estudos sobre a imigração e o racismo no nosso país. Na opinião de diversos autores, o mito do *luso-tropicalismo* (Freyre, 1933) terá contribuído para que a sociedade portuguesa acordasse tão tarde para esta problemática (e.g., Bacelar de Vasconcelos, 1998; Vala, 1999).

A partir da segunda metade da década de noventa a da imigração, o racismo e a etnicidade têm vindo a ocupar um lugar cada vez mais central na opinião pública portuguesa. Paralelamente, assistiu-se a um incremento de estudos nas diversas ciências sociais e humanas sobre o racismo, tanto relativamente aos diversos grupos de origem africana como relativamente aos *ciganos*, que vivendo entre nós há tantos séculos, continuam a ser considerados ‘estrangeiros’.

Na segunda metade dos anos noventa o discurso ‘anti-racista’ passou a assumir na sociedade portuguesa uma posição central no debate público e político, tendo frequentemente lugar de destaque na *agenda* dos diversos meios de comunicação social (Miranda, 2002). O discurso político oficial actual é um discurso anti-discriminação e de incentivo à integração das minorias na sociedade portuguesa, com particular atenção para os imigrantes lusófonos.

Em Julho de 1996 foi criada a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), com o objectivo de estreitar os laços de cooperação entre os sete países de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil, e Portugal), aos quais se juntou Timor-Leste após a independência em Maio de 2002.

Os crescentes fluxos de imigração na Europa e o aumento da visibilidade da discriminação racial e étnica levou à criação do *Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia* (EUMC), cujo principal objectivo “consiste em proporcionar à comunidade e aos seus Estados-Membros dados objectivos, fiáveis e comparáveis, a nível europeu, sobre os fenómenos do racismo, xenofobia e anti-semitismo, estudar o grau e o desenvolvimento destes fenómenos, analisar as suas causas, consequências e efeitos, e examinar os exemplos de boas práticas na sua abordagem”^{§§}.

Como membro do EUMC, Portugal tem participado nas diversas acções definidas por este organismo. As políticas adoptadas em Portugal relativamente à imigração e ao combate à

^{§§} Site oficial do EUMC: www.eumc.eu.int.

discriminação estão em consonância com as preconizadas pela União Europeia, embora haja nesta matéria consideráveis variações entre os quinze países da união.

Em Janeiro de 1996 foi instituído o *Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas* (ACIME) cujas principais funções são contribuir para a melhoria das condições de vida dos imigrantes e das minorias étnicas e combater o racismo, a xenofobia e outras formas de discriminação social^{***}.

O ano 1997 foi consagrado *Ano Europeu Contra o Racismo*^{†††}, o que intensificou a visibilidade desta questão nos *media* e na sociedade em geral, já que foram realizados inúmeros seminários, cursos, e debates ao longo do ano, com a participação de representantes das mais variadas organizações e dos cidadãos em geral (Leitão, 1998).

Foram criados outros organismos oficiais de luta anti-discriminação, entre as quais se destaca a *Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial* em 2000, e foram realizados vários seminários e conferências com a participação conjunta de cientistas sociais, políticos, representantes de diversas *Organizações Não Governamentais* (ONG).

Paralelamente assistiu-se ao aumento considerável do ‘associativismo étnico’ em Portugal na segunda metade dos anos noventa (Albuquerque *et al.*, 2000). Registou-se também o despertar do interesse pela questão da discriminação racial e da etnicidade no seio das ciências sociais e humanas. De facto nos últimos anos tem aumentado o número de trabalhos académicos sobre esta temática e têm sido realizados diversos colóquios, seminários, conferências em diversas instituições de ensino e investigação.

De salientar a investigação sobre o ‘associativismo étnico’ (e.g., Albuquerque, 2002; Albuquerque *et al.*, 2000), sobre a situação económica e social dos imigrantes e minorias étnicas, os números da imigração e a caracterização dos fluxos migratórios (e.g., Areia, 1998; Baganha, Ferrão, Malheiros, 1998, 1999; Baganha e Góis, 1999; Baganha, Marques e Fonseca, 2000; Esteves, 1991; Machado, 1992, 1994, 1997, 1999; Malheiros, 1996; Paes,

^{***} Site oficial do ACIME: www.acime.gov.pt.

^{†††} O Ano Europeu Contra o Racismo teve como objectivos: “a) Realçar a ameaça que o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo constituem para o respeito dos direitos fundamentais e para a coesão económica e social da Comunidade; b) Incentivar a reflexão e o debate sobre as medidas necessárias para combater o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo na Europa; c) Promover o intercâmbio de experiências relativas a boas práticas e estratégias eficazes organizadas no plano local, nacional e europeu para combater o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo; d) Divulgar as informações relativas a essas boas práticas e estratégias eficazes entre aqueles que militam contra o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo, para tornar mais eficaz a sua acção neste domínio; e) Divulgar os benefícios das políticas de integração desenvolvidas a nível nacional, em especial nos domínios do emprego, educação, formação e habitação; f) Tirar partido, sempre que possível, da experiência das pessoas real ou potencialmente afectadas pelo racismo, a xenofobia, o anti-semitismo ou a intolerância, e promover a sua participação na vida da sociedade” (*Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 15.08.1996: 3).

1993; Pires e Saint-Maurice, 1989; Rocha-Trindade, 1995; Seabra, 1994; Silva e Silva, 2000; Toscano, 1990), sobre algumas das medidas que têm sido tomadas no sentido de aumentar a sua integração na sociedade portuguesa e diminuir a discriminação social (e.g., Bacelar de Vasconcelos, 1998; Leitão, 1998), e especificamente sobre a integração dos estudantes oriundos dos PALOP no sistema de ensino português (e.g., Samutelela Pires, 1996, 2000).

De salientar igualmente os trabalhos sobre as estratégias identitárias e as representações dos jovens africanos ou de origem africana em Portugal, assim como os trabalhos que se debruçam sobre a identidade nacional, os valores da sociedade portuguesa, e, muito particularmente, sobre as representações e atitudes dos portugueses face às diversas minorias raciais ou étnicas em Portugal.

Algumas investigações têm-se debruçado sobre as questões identitárias nas crianças e nos jovens com origens africanas em geral ('imigrantes dos PALOP', 'negros', 'lusoafricanos', 'imigrantes de segunda geração'), (e.g., Contador, 1998, 2001; Delgado, 1997; Khan e Vala, 1999), enquanto outras se têm focalizado em grupos específicos: *cabo-verdianos* (e.g., Saint-Maurice, 1993, 1997); os *guineenses* (e.g., Machado, 1993, 1998); os *indianos* (e.g., Alves e Ávila, 1994; Bastos, 1990).

Outras investigações têm analisado o racismo em Portugal em relação a diversas minorias, e em particular, a forma como os portugueses percebem 'os PALOP' (e.g., Miranda, 1994), 'os imigrantes negros' (e.g., Vala, 1999; Vala, Brito e Lopes, 1999), 'os cabo-verdianos' (Miranda, 1994; 2002), 'os ciganos' (e.g., Correia *et al.*, 2001).

Embora bastante escassos, foram realizados alguns estudos sobre o conteúdo dos *media*, nomeadamente notícias da imprensa e da televisão sobre minorias raciais ou étnicas (e.g., Cunha, Policarpo, Monteiro, e Figueiras, 2002).

Os comportamentos racistas mais visíveis em termos mediáticos e com maior impacto na opinião pública portuguesa têm envolvido cidadãos, também eles portugueses, mas que são percebidos como sendo 'estrangeiros': os *ciganos* e os *negros*⁺⁺⁺. Se em relação aos 'negros' os estudos realizados em Portugal apontam para o domínio do racismo subtil face ao flagrante (Vala, 1999; Vala, Brito e Lopes, 1999), em relação aos 'ciganos' parece persistir o racismo flagrante (Cf. Bacelar de Vasconcelos, 1998; Correia, Brito e Vala, 2001).

Iniciámos esta investigação empírica em 1997 – *Ano Europeu Contra o Racismo* –, ano em que a problemática do racismo foi alvo de diversas campanhas de sensibilização nos

⁺⁺⁺ Nos últimos dois anos têm aumentado consideravelmente as notícias referentes a casos de exploração de indivíduos oriundos da Europa de Leste. No entanto, não faremos referência a estes 'novos imigrantes' pois quando iniciámos a nossa investigação empírica essa minoria ainda não era socialmente relevante (Cf. Cabecinhas, 2002).

meios de comunicação social, nos estabelecimentos de ensino e nas associações juvenis. Uma vez que pretendíamos analisar os processos cognitivos subjacentes à discriminação racial ou étnica, realizámos um primeiro estudo exploratório cujos principais objectivos foram investigar as noções de ‘grupo étnico’ e de ‘raça’ dos jovens portugueses e averiguar quais os ‘grupos étnicos’ mais significativos na sociedade portuguesa.

Os resultados desse primeiro estudo demonstraram que, apesar destas campanhas de sensibilização, a maior parte dos estudantes nunca tinha problematizado as noções de ‘raça’ e de ‘grupo étnico’, considerando-as como conceitos objectivos explicativos das assimetrias sociais. Globalmente, as respostas dos participantes remeteram claramente para uma ‘naturalização’ ou ‘essencialização’ das categorias *raciais* e *étnicas* (Allport, 1954/1979; Rothbart e Taylor, 1992), isto é, os participantes consideraram as características culturais como inseparáveis das características físicas ligadas à hereditariedade. Da análise das respostas dos participantes ressaltou a centralidade da cor da pele na categorização dos grupos sociais e a sua forte associação com a nacionalidade (por exemplo: português, logo *branco*).

Os grupos mais mencionados pelos participantes no primeiro estudo foram seleccionados para o segundo estudo exploratório, que aqui apresentamos. Neste estudo averiguámos o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido de catorze grupos na sociedade portuguesa, designados em função da sua origem nacional ou geográfica (*angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, ciganos, guineenses, indianos, macaenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, e timorenses*) ou em função da cor da pele (*brancos, negros e mestiços*). Este estudo foi realizado em diferentes zonas do país (Braga, Bragança, Porto, Lisboa, Évora e Faro) com o objectivo de ter uma amostra equilibrada em termos de Norte / Sul, Litoral / Interior.

MÉTODO

Participantes e desenho

Participaram neste estudo 304 estudantes do ensino superior, 81 do sexo masculino e 223 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, todos de nacionalidade e naturalidade portuguesa^{§§§}. A idade média das raparigas é de 20 anos e a dos rapazes é de 21 anos, sendo esta diferença marginalmente significativa ($\chi^2 = 23.710$, $p < 0.056$).

As respostas dos participantes foram recolhidas colectivamente em estabelecimentos de ensino superior público nas seis cidades seleccionadas: Braga (Universidade do Minho); Porto (Universidade do Porto); Lisboa (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa); Bragança (Instituto Politécnico de Bragança); Évora (Universidade de Évora); e Faro (Universidade do Algarve). Sempre que possível, os dados foram recolhidos junto de estudantes do primeiro ou segundo ano de cursos ligados às ciências sociais.

O desenho adoptado permite dois procedimentos na análise de dados. No primeiro temos: 14 grupos-alvo (*angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, ciganos, guineenses, indianos, macaenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses, brancos, negros e mestiços*) x 6 locais de recolha de dados (Braga, Porto, Lisboa, Bragança, Évora, e Faro) x 2 sexos (masculino vs. feminino). Todas as variáveis são inter-participantes, à excepção da primeira que é intra-participantes.

Alternativamente podemos considerar a seguinte modalidade de análise: 2 tipos de categorização do grupo-alvo (categorização *nacional* vs. categorização *racial*) x 6 locais de recolha de dados (Braga, Porto, Lisboa, Bragança, Évora, e Faro) x 2 sexos (masculino vs. feminino). Todas as variáveis são inter-participantes, à excepção da primeira que é intra-participantes.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos participantes pelos diferentes locais de recolha de dados. Este estudo foi realizado entre Outubro e Dezembro de 1997.

Tabela 1 - Distribuição dos participantes em função do local de recolha de dados

Braga	Bragança	Évora	Faro	Lisboa	Porto	Total
54	41	63	47	57	42	304

^{§§§} Foram eliminados deste estudo 37 participantes por não terem nacionalidade e/ou naturalidade portuguesa.

Procedimento de recolha de dados

Este estudo foi efectuado em sala de aula e a sua duração foi de aproximadamente 45 minutos. Na apresentação do questionário apelava-se à participação dos estudantes num estudo acerca de vários grupos sociais residentes em Portugal. Dizia-se aos participantes que a tarefa consistia em dar a sua opinião sobre vários grupos sociais, relativamente a várias dimensões. Apelava-se à sinceridade dos participantes e garantia-se o anonimato das suas respostas. Os estudantes que não quisessem participar no estudo eram convidados a abandonar a sala de aula.

Quando todos os estudantes já tinham recebido o questionário, as instruções constantes na folha de rosto do questionário eram lidas e era dado um exemplo no quadro da escala de resposta usada no questionário. Depois de nos certificarmos que todos os estudantes não tinham dúvidas quanto à escala de resposta, pedia-se-lhes para responderem ao questionário página a página sem voltar atrás.

O questionário era composto por folhas A5, sendo cada página relativa a um grupo diferente, na seguinte ordem: *angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, ciganos, guineenses, indianos, macaenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses, brancos, negros e mestiços*. A tarefa dos participantes consistia em estimar, relativamente a cada um destes grupos, o seu estatuto social (através de 6 escalas relativas ao nível educacional, nível cultural, nível económico, estatuto social, prestígio e poder) e o seu estatuto numérico (percentagem de pessoas desse grupo na população residente em Portugal). Para estimar o estatuto social percebido de cada grupo, eram apresentadas aos participantes seis rectas de 100 milímetros de comprimento, cujos extremos correspondiam a baixo *versus* alto estatuto.

Na última página do questionário eram colocadas as questões sócio-demográficas: sexo, idade, nacionalidade e naturalidade. Finalmente, os questionários eram recolhidos e os objectivos do estudo eram esclarecidos. A investigadora agradecia a participação dos estudantes e respondia às suas eventuais questões.

Procedimento de análise de dados

Para cada grupo-alvo foram consideradas duas medidas: o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido. A média dos valores obtidos nas seis escalas relativas a cada grupo (nível educacional, nível cultural, nível económico, estatuto social, prestígio e poder) foi considerada como um indicador do *estatuto social percebido* e a estimativa da percentagem de pessoas desse grupo na população residente em Portugal foi considerada como um indicador do *estatuto numérico percebido*.

Relativamente ao tratamento estatístico dos dados, começámos por realizar uma análise de variância tendo o estatuto social percebido de cada grupo-alvo como variável dependente e como variáveis independentes o sexo do participante e o local de recolha de dados. Seguidamente realizámos uma série de análises multivariadas de variância para comparar o estatuto social percebido de diversos grupos-alvo em função da pertinência dessa comparação. Nas diversas análises efectuadas tivemos o sexo do participante e o local de recolha de dados como variáveis inter-participantes e o estatuto social percebido dos grupos-alvo como medidas repetidas. Quanto ao estatuto numérico percebido, realizámos para cada grupo-alvo uma análise de variância tendo o sexo do participante e o local de recolha de dados como variáveis independentes.

RESULTADOS

Estatuto social percebido

O Gráfico 1 apresenta as médias do estatuto social percebido (média global das seis escalas) para cada um dos grupos-alvo designados em função da sua origem nacional ou geográfica (categorização *nacional*)**** enquanto que o Gráfico 2 apresenta as médias do estatuto social percebido para os grupos designados em função da cor da pele (categorização *racial*). Os grupos são apresentados por ordem decrescente de estatuto social percebido.

A análise de dados referente ao estatuto social percebido foi efectuada em duas etapas. Na primeira, averiguámos se existiam diferenças estatisticamente significativas na percepção de cada grupo-alvo em função do local de recolha de dados e do sexo do participante. Na segunda fase, comparámos a estatuto social percebido dos diferentes grupos-alvo em função do tipo de categorização (nacional vs. racial).

Consenso na percepção dos grupos

Na primeira etapa de análise de dados constatámos um enorme consenso na percepção dos catorze grupos-alvo, quer em função do local de recolha de dados quer em função do sexo dos participantes. Relativamente ao estatuto social percebido dos grupos-alvo designados em função da nacionalidade ou da origem geográfica (

Gráfico 1), das onze análises de variância realizadas (uma para cada grupo-alvo) apenas se observaram efeitos significativos do local da recolha de dados em três casos: os *ciganos*, os *indianos* e os *moçambicanos*.

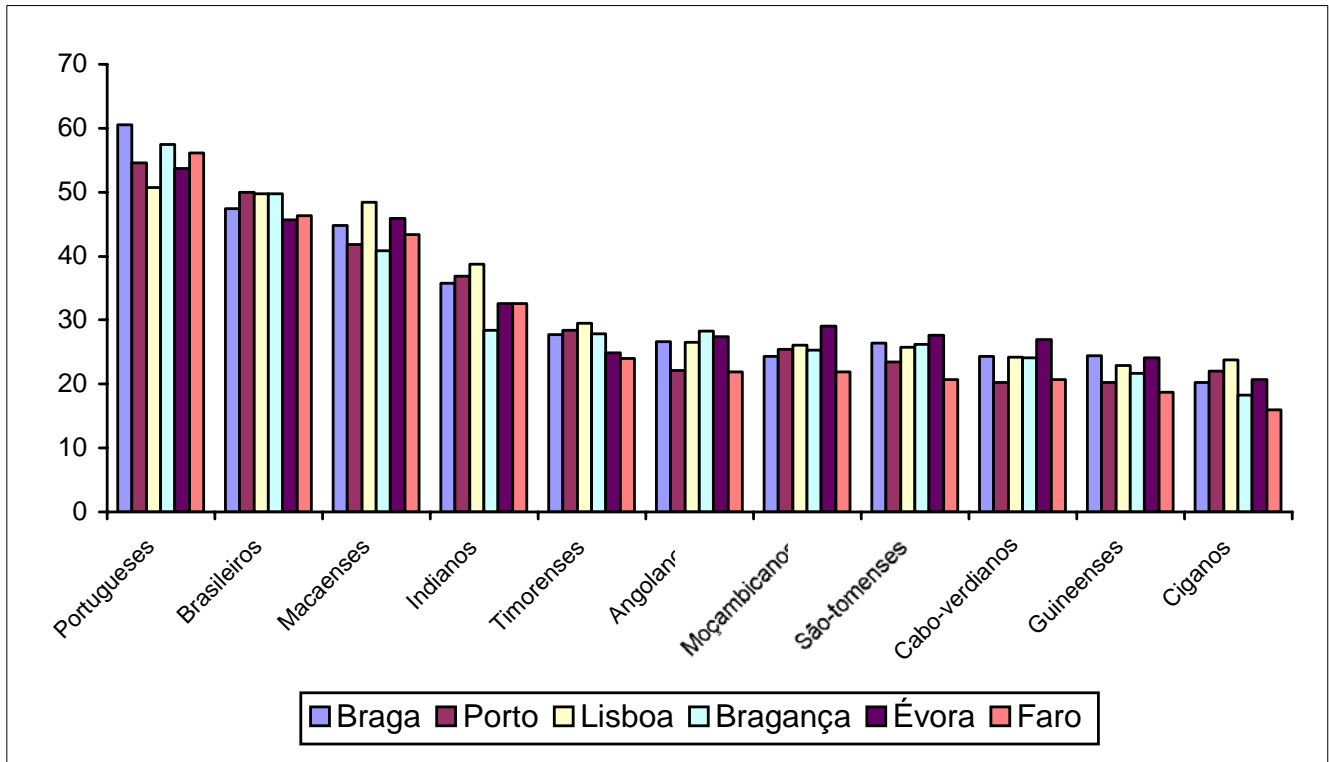
O estatuto social percebido dos *ciganos* é superior nos grandes centros urbanos, Lisboa (M = 23.80) e Porto (M = 21.98), do que nas cidades de menor dimensão, Faro (M = 15.91) e Bragança (M = 18.28), Braga (M = 20.23) e Évora (M = 20.72). Quanto aos *indianos*, o seu estatuto social percebido é significativamente mais baixo em Bragança (M=28.45) do que nas outras cinco cidades. O estatuto social percebido dos *moçambicanos* é significativamente mais baixo em Faro (M=21.88) do que nas outras cinco cidades.

Numa tentativa de perceber os efeitos devidos ao local consultámos as estatísticas do SEF para ver se existiria alguma relação entre o estatuto social percebido dos grupos

**** Por uma questão de simplificação de linguagem incluímos na ‘categorização nacional’ dois grupos definidos pela sua origem geográfica – os *macaenses* e os *timorenses* (que na altura em que foi realizado este estudo ainda não constituíam um grupo nacional) – e os *ciganos*. Como já referimos, os *ciganos* constituem o *grupo étnico* mais saliente na sociedade portuguesa: embora portugueses, são representados como ‘estrangeiros’ (Cf. Cabecinhas, 2002; Correia, Brito e Vala, 2001; Mendes, 1998).

estrangeiros (indianos e moçambicanos) e a sua concentração relativa no local de recolha de dados, mas não encontramos elementos que sugerissem alguma ligação, pelo que julgamos que os resultados ligados ao local de recolha de dados não são explicáveis pelo contexto.

Gráfico 1 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo em função do local de recolha de dados



Escala: 0-100; quanto mais elevado o valor mais elevado o estatuto social percebido.^{††††}

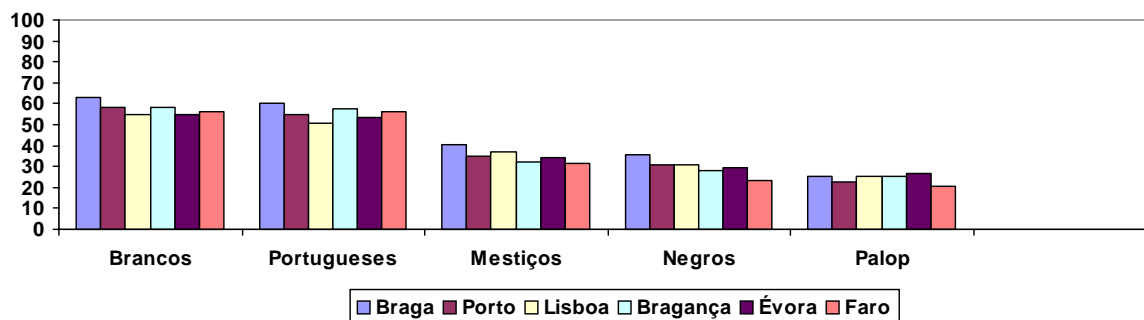
^{††††} Efeitos do local de recolha de dados sobre o estatuto percebido do grupo-alvo:

Ciganos: $F(5,292)=4.937$, $p<0.001$

Indianos: $F(5,292)=2.296$, $p<0.045$

Moçambicanos: $F(5,292)=4.937$, $p<0.001$

Gráfico 2 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo em função do local de recolha de dados



Escala: 0-100; quanto mais elevado o valor mais elevado o estatuto social percebido^{****}.

No que respeita aos grupos designados em função da cor da pele (Gráfico 2), o estatuto social percebido dos *brancos* não difere em função do local de recolha de dados. Em contrapartida, verificam-se efeitos significativos do local tanto para os *negros* como para os *mestiços*. O estatuto social atribuído a ambos os grupos-alvo é significativamente mais baixo em Faro do que nas restantes cidades. Comparando estes resultados com os obtidos relativamente aos cinco grupos nacionais oriundos dos PALOP constatamos que o estatuto social percebido destes grupos é ligeiramente mais baixo em Faro do que nas restantes cidades, mas curiosamente esta diferença só é estatisticamente significativa para os moçambicanos, como referimos anteriormente.

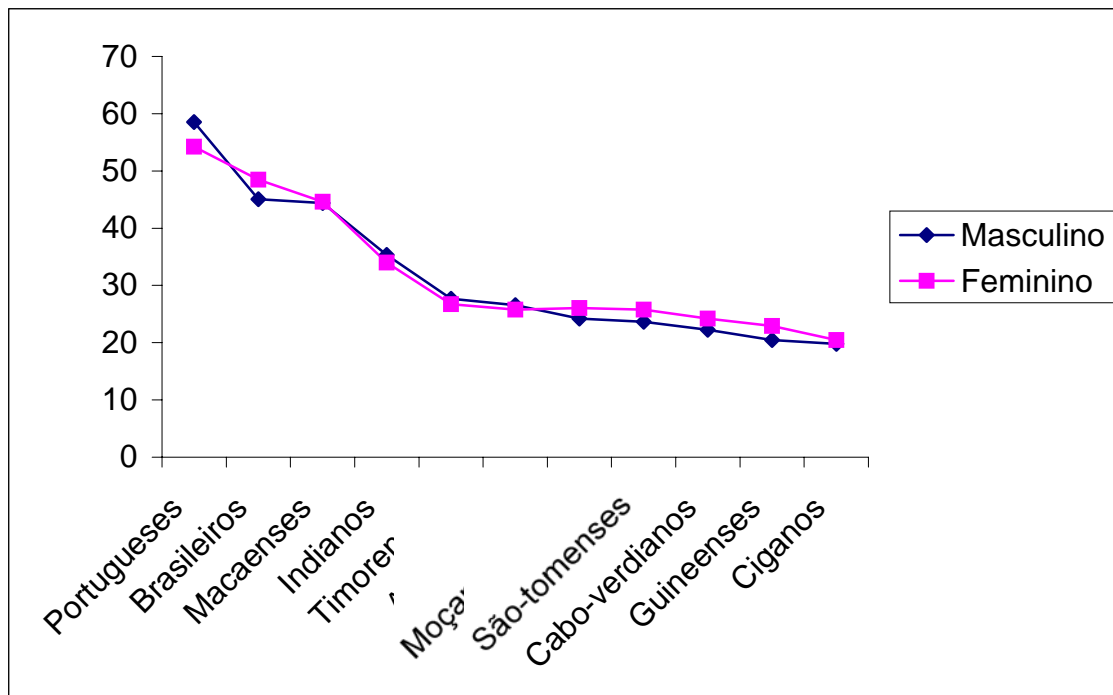
^{****} Efeitos do local de recolha de dados sobre o estatuto percebido do grupo-alvo:

Negros: $F(5,292)=3.028$, $p<0.011$

Mestiços: $F(5,292)=2.740$, $p<0.019$

A variável sexo dos participantes não produziu efeitos significativos no estatuto social percebido dos dez grupos-alvo minoritários designados em função da sua origem nacional ou geográfica (Gráfico 3). Em contrapartida, verificou-se um efeito significativo do sexo dos participantes em relação ao grupo maioritário: as mulheres ($M = 54.25$) atribuíram significativamente menor estatuto aos portugueses do que os homens ($M = 58.52$).

Gráfico 3 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo em função do sexo dos participantes



Escala: 0-100; quanto mais elevado o valor mais elevado o estatuto social percebido^{§§§§}.

O mesmo padrão de resultados foi encontrado em relação aos três grupos-alvo designados em função da cor da pele (Gráfico 4). O estatuto social percebido dos grupos minoritários – *negros* e *mestiços* - não difere em função do sexo dos participantes. Em contrapartida, o estatuto social atribuído aos *brancos* difere significativamente em função do sexo do participante: os homens ($M = 61.20$) atribuíram um estatuto mais elevado aos *brancos* do que as mulheres ($M = 55.87$).

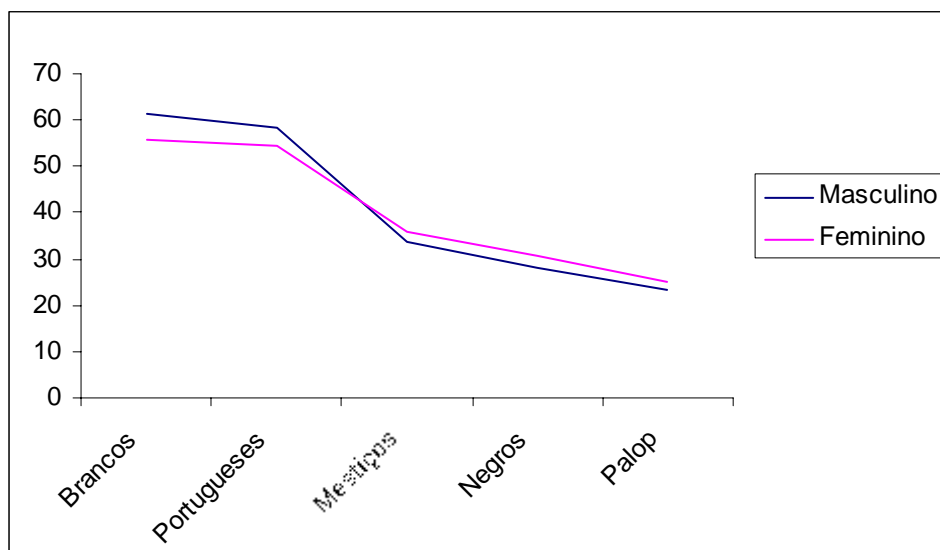
^{§§§§} Efeitos do sexo dos participantes sobre o estatuto percebido de cada grupo-alvo:

Portugueses: $F(1,292)=4.771$, $p<0.030$.

Resumindo, na maior parte das catorze análises de variância efectuadas (uma para cada grupo-alvo) não se encontraram efeitos significativos do local de recolha de dados nem do sexo do participante, nem da interacção entre estas duas variáveis. Os efeitos do local da recolha de dados em relação a alguns grupos não são consistentes nem na categorização *nacional* nem na categorização *racial*. Poderão, eventualmente, estar ligados à menor visibilidade de certos grupos em algumas cidades, mas este estudo não permite verificar essa hipótese.

Quanto ao sexo dos participantes o seu efeito só foi significativo relativamente ao grupo maioritário, fosse este designado pela nacionalidade (*portugueses*) ou pela cor da pele (*brancos*): os homens atribuíram significativamente maior estatuto social ao grupo maioritário do que as mulheres.

Gráfico 4 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo em função do sexo dos participantes



Escala: 0-100; quanto mais elevado o valor mais elevado o estatuto social percebido ****.

**** Efeitos do sexo dos participantes sobre o estatuto percebido do grupo-alvo:

Brancos: $F(1,292)=6.386$, $p<0.012$

Efeitos do Grupo-alvo:

Brancos vs. Portugueses: $F(1,291)=2.40$, $p<0.123$

Brancos vs. Negros: $F(1,291)=391.59$, $p<0.0001$

Brancos vs. Mestiços: $F(1,290)=35.86$, $p<0.0001$

Negros vs. Mestiços: $F(1,290)=35.86$, $p<0.001$

Negros vs. PALOP: $F(1,292)=41.40$, $p<0.001$

Hierarquização em função da nacionalidade ou origem geográfica

Como podemos verificar no Gráfico 3, os *ciganos* constituem o grupo de menor estatuto social percebido ($M = 20.31$). Seguidamente, surgem os vários grupos africanos de língua oficial portuguesa: guineenses ($M = 22.25$); cabo-verdianos ($M = 23.71$); são-tomenses ($M = 25.22$); moçambicanos ($M = 25.55$); e angolanos ($M = 26.00$). Por ordem crescente de estatuto social percebido, seguem-se os três grupos de origem asiática: os timorenses ($M = 26.97$); os indianos ($M = 34.33$); e os macaenses ($M = 44.58$). Finalmente, os brasileiros ($M = 47.54$) são o grupo estrangeiro de estatuto social percebido mais elevado, sendo os portugueses ($M = 55.39$) o grupo de estatuto mais elevado. Esta hierarquização dos grupos não difere em função do local de recolha de dados nem em função do sexo dos participantes.

Hierarquização em função da cor da pele

Como podemos constatar a partir do Gráfico 4, verifica-se igualmente uma hierarquização em função da cor da pele. Aos *brancos* é atribuído um estatuto social significativamente mais elevado ($M = 57.30$) do que o atribuído aos *mestiços* ($M = 35.32$). Por sua vez, aos *negros* ($M = 29.86$) é atribuído um estatuto social significativamente mais baixo do que aos dois primeiros grupos.

A interacção entre o grupo-alvo e o sexo dos participantes não é significativa, nem a interacção entre o grupo-alvo e o local de recolha de dados. Ou seja, a hierarquização dos grupos em função da cor da pele é significativa tanto para os homens como para as mulheres e em todas as zonas do país.

Hierarquização nacional e hierarquização racial

O estatuto social atribuído aos *brancos* ($M = 57.30$) não é significativamente diferente do atribuído aos *portugueses* ($M = 55.39$). A interacção entre o grupo-alvo e o sexo dos participantes não é significativa, nem a interacção entre o grupo-alvo e o local de recolha de dados, nem a tripla interacção entre o grupo-alvo, o local e o sexo do participante.

Em contrapartida, o estatuto social atribuído aos *negros* ($M = 29.86$) é significativamente superior ao estatuto atribuído à média dos *PALOP* no seu conjunto ($M = 24.53$). A interacção entre o grupo-alvo e o sexo dos participantes não é significativa. Por seu turno, a interacção entre o grupo-alvo e o local de recolha de dados é significativa: as análises de contrastes revelaram que a diferença entre o estatuto atribuído aos *negros* em geral e o atribuído à média das cinco nacionalidades africanas consideradas foi significativa em Braga ($M = 35.57$ para os *negros* e $= 25.65$ para os *PALOP*), no Porto ($M = 30.70$ para os

negros e = 22.32 para os *PALOP*), e em Lisboa (M = 30.88 para os *negros* e = 25.10 para os *PALOP*), mas essa diferença não atinge o limiar da significância estatística em Bragança, em Évora e em Faro. A tripla interacção entre o grupo-alvo, o local e o sexo do participante também não é significativa.

Resumindo, o estatuto social atribuído aos *negros* é superior ao estatuto social atribuído à média dos cinco grupos africanos (*PALOP*). Esta diferença é significativa tanto para os participantes do sexo masculino como para os participantes do sexo feminino. Em relação ao local de recolha de dados, esta diferença é significativa nas três maiores cidades (Lisboa, Porto e Braga), mas não nas cidades de menor dimensão (Bragança, Évora e Faro).

Estatuto numérico percebido

O Gráfico 5 apresenta as percentagens correspondentes ao estatuto numérico percebido de cada um dos grupos-alvo designados em função da sua origem nacional ou geográfica (categorização *nacional*) enquanto que o Gráfico 6 apresenta as percentagens correspondentes ao estatuto numérico percebido dos grupos designados em função da cor da pele (categorização *racial*). Os grupos são apresentados por ordem decrescente de estatuto numérico percebido.

Como se pode constatar a partir dos gráficos, a soma das percentagens médias dos vários grupos ultrapassa em muito os cem por cento. Tal deve-se ao facto dos participantes efectuarem as suas estimativas separadamente para cada grupo-alvo, sem qualquer preocupação em obter um total de 100. Tal como procedemos para os dados referentes ao estatuto social, relativamente ao estatuto numérico (percentagem na população residente em Portugal) averiguámos para cada grupo-alvo se existiam diferenças no estatuto numérico percebido em função do sexo do participante e do local de recolha de dados. Nesse sentido, efectuámos catorze análises de variância tendo o estatuto numérico percebido do grupo-alvo como variável dependente e sexo do participante e o local de recolha de dados como variáveis independentes.

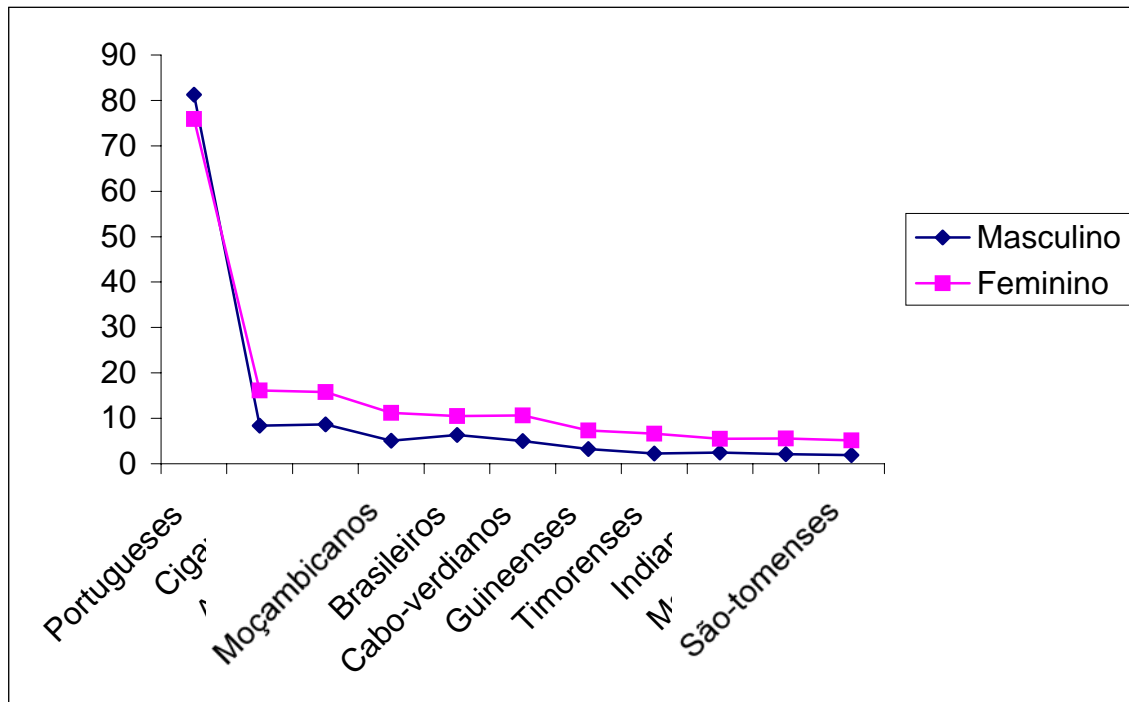
Os participantes sobestimaram a percentagem dos vários grupos minoritários residentes em Portugal e, paralelamente, subestimaram a percentagem dos portugueses (77.30 %). Esta subestima da percentagem de *portugueses* foi significativamente superior nas mulheres (75.87%) do que nos homens (81.23%). O estatuto numérico percebido dos *portugueses* não variou em função do local de recolha de dados. A interacção entre o local e o sexo do participante também não foi significativa.

Os *ciganos* constituem o grupo minoritário ao qual é atribuído um maior estatuto numérico (14.08 %). Seguem-se, por ordem decrescente de estatuto numérico percebido: os *angolanos* (13.90 %), os *moçambicanos* (9.58 %), os *brasileiros* (9.38 %), os *cabo-verdianos* (9.38 %), os *guineenses* (6.28 %); os *timorenses* (5.44 %), os *indianos* (4.71 %), os *macaenses* (4.65 %), e os *são-tomenses* (4.33 %).

Quanto às designações baseadas na cor da pele, aos *brancos* foi atribuído o estatuto maioritário (75.32 %), seguido dos *negros* (18.84 %) e dos *mestiços* (10.16 %). Não se verificaram diferenças significativas ligadas ao sexo do participante ou ao local de recolha de dados.

Para todos os grupos designados em função da nacionalidade ou da origem geográfica (Gráfico 5) o efeito do sexo do participante foi significativo, sendo que as mulheres sobrestimaram a percentagem destes grupos comparativamente aos homens. Quanto aos grupos designados em função da cor da pele (Gráfico 6) apenas se registou um efeito significativo do sexo no caso dos *mestiços*: as mulheres estimaram um número significativamente superior de mestiços (11.33%) do que os homens (6.73%).

O efeito do local de recolha de dados não foi significativo para nenhum dos catorze grupos-alvo nem a interacção entre o local e o sexo do participante.

Gráfico 5 – Estatuto numérico percebido dos grupos-alvo em função do sexo do participante

Nota: Os valores correspondem à estimativa da percentagem (0 a 100%) do grupo-alvo na população residente em Portugal^{†††††}.

^{†††††} Efeitos do sexo do participante sobre o estatuto numérico percebido do grupo-alvo:

Angolanos: $F(1,286)=7.268$, $p<0.007$

Macaenses: $F(1,284)=12.316$, $p<0.0001$

Brasileiros: $F(1,285)=3.112$, $p<0.079$

Moçambicanos: $F(1,282)=7.983$, $p<0.005$

Caboverdianos: $F(1,283)=7.236$, $p<0.006$

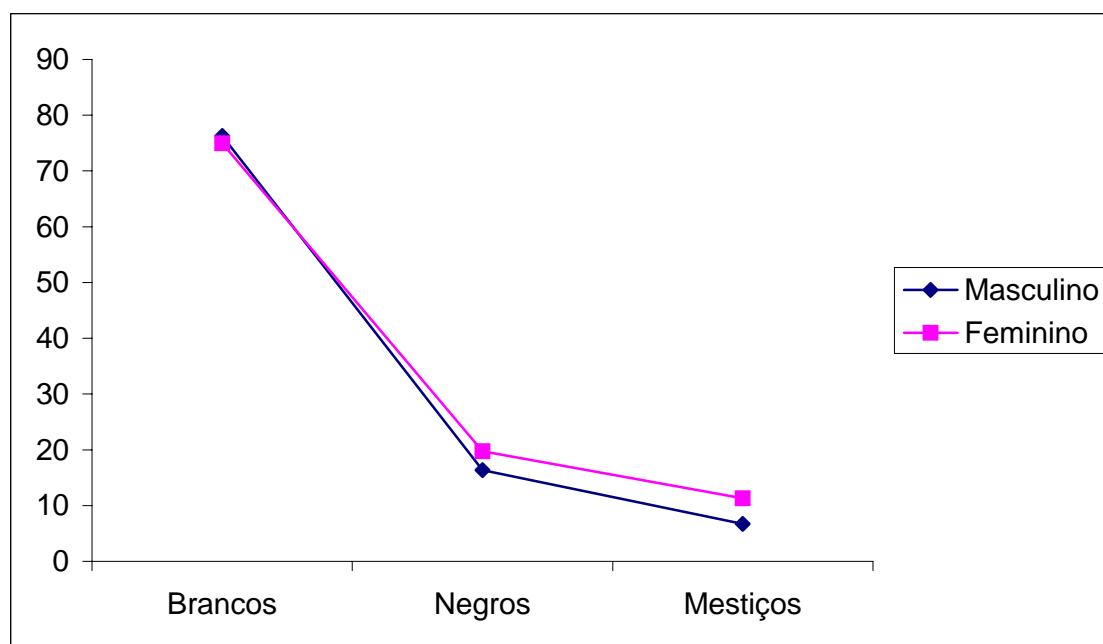
Portugueses: $F(1,281)=5.148$, $p<0.024$

Guineenses: $F(1,282)=6.913$, $p<0.009$

São-tomenses: $F(1,280)=7.026$, $p<0.008$

Indianos: $F(1,285)=4.703$, $p<0.031$

Timorenses: $F(1,284)=10.563$, $p<0.001$

Gráfico 6 – Estatuto numérico percebido dos grupos-alvo em função do sexo do participante

Nota: Os valores correspondem à estimativa da percentagem (0 a 100%) do grupo-alvo na população residente em Portugal^{****}.

^{****} Efeitos do sexo dos participantes sobre o estatuto numérico percebido do grupo-alvo:
Mestiços: $F(1,276)=8.276$, $p<0.005$

DISCUSSÃO

Neste estudo averiguámos o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido de catorze grupos presentes na sociedade portuguesa, designados em função da origem nacional ou geográfica (categorização nacional) ou em função da cor da pele (categorização racial).

No que respeita ao estatuto numérico percebido, é de destacar o facto de se ter verificado uma significativa sobrestima da percentagem dos diversos grupos minoritários em Portugal. Esta sobrestima dos grupos minoritários foi mais acentuada nas mulheres do que nos homens e foi significativa em todas as regiões do país, independentemente da concentração desses grupos ser maior ou menor na localidade em questão.

De um modo geral, o estatuto social percebido dos diversos grupos também não difere significativamente em função do local de recolha de dados, isto é, verifica-se um consenso na forma como os diferentes grupos são representados em diferentes regiões do país, com maior ou menor concentração de residentes estrangeiros.

O estatuto social percebido dos diversos grupos minoritários também não difere significativamente em função do sexo dos participantes. Em contrapartida, os homens atribuem significativamente maior estatuto social ao grupo maioritário - quer a designação do grupo assente na nacionalidade (*portugueses*) quer na cor da pele (*brancos*) - do que as mulheres.

Independentemente do sexo dos participantes e do local de recolha de dados, verifica-se uma hierarquização dos grupos-alvo em função da sua origem nacional ou geográfica. Os participantes atribuem um maior estatuto social ao endogrupo (os *portugueses*) do que aos restantes grupos-alvo. Os *brasileiros* são o grupo estrangeiro de maior estatuto social percebido. Seguem-se, por ordem decrescente, os três grupos de origem asiática (*macaenses*, *indianos*, e *timorenses*), os cinco grupos oriundos dos países africanos de língua oficial portuguesa (*angolanos*, *moçambicanos*, *são-tomenses*, *cabo-verdianos* e *guineenses*). Os *ciganos* constituem o grupo de menor estatuto social percebido, o que vai de encontro aos resultados do primeiro estudo exploratório realizado no âmbito desta investigação (Cabecinhas, 2002). Estes resultados confirmam a grande saliência deste grupo na sociedade portuguesa, como tem sido evidenciado em outros estudos recentemente efectuados (Correia, Brito e Vala, 2001; Mendes, 1998).

Verifica-se também uma hierarquização dos grupos em função da cor da pele: aos *brancos* é atribuída uma posição superior e aos *negros* uma posição inferior, sendo atribuída

aos *mestiços* uma posição muito mais próxima dos *negros* do que dos *brancos*. Mais uma vez, esta hierarquização verifica-se independentemente do sexo dos participantes e do local de recolha de dados.

Finalmente, verifica-se uma assimetria na percepção do estatuto social em função do tipo de categorização (nacional *versus* racial) do grupo-alvo. O estatuto social atribuído aos *brancos* não é significativamente diferente do atribuído aos *portugueses*. Em contrapartida, o estatuto social atribuído aos *negros* é significativamente superior ao estatuto atribuído aos cinco grupos africanos considerados (*angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses*).

Tal poderá dever-se ao facto de os participantes estarem mais preocupados em não discriminar em função da cor da pele do que em relação à nacionalidade. Com efeito, nos últimos anos as campanhas anti-racismo têm salientado a ilegitimidade da discriminação racial e é natural que os participantes tenham procurado ir ao encontro da norma anti-racista em vigor na sociedade actual. Ora, esta norma é mais facilmente activada pela designação racial do que pela designação nacional. É curioso que esta diferença seja significativa sobretudo nos grandes centros urbanos, onde a presença de imigrantes é superior.

Como referimos na introdução, a consolidação da democracia, a descolonização e a adesão à União Europeia provocaram mudanças profundas na realidade política, social e económica portuguesa, o que se traduziu num aumento significativo dos fluxos imigratórios para Portugal e uma diversificação da origem geográfica desses mesmos fluxos. Quando iniciámos esta investigação os imigrantes da Europa de Leste ainda não tinham expressão significativa enquanto que hoje em dia constituem a face mais visível, em termos mediáticos, da imigração em Portugal.

Se é verdade que a realidade social está em permanente mutação, não deixam de ser bem notórias as marcas do passado. As teorias racialistas clássicas advogavam uma hierarquização das raças humanas, na qual os ‘brancos’ ocupavam o topo da hierarquia e os ‘negros’ a base, ocupando os ‘amarelos’ uma posição intermédia, bem mais próxima dos últimos do que dos primeiros (Montagu, 1997; Richards, 1997). Meio século depois de o conceito de ‘raça’ ter sido banido da ciência e de ter sido cientificamente demonstrada a origem comum de todas as ‘raças’ humanas (UNESCO, 1967), os resultados deste estudo espelham nitidamente a hierarquização racial advogada pelas teorias racialistas do século XIX, o que demonstra o grande peso dos aspectos históricos na percepção dos grupos sociais.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, R. (2002). Associações étnicas e o desafio da participação política de jovens descendentes de imigrantes. In *Actas do Colóquio: A comunicação entre culturas*. Lisboa: Grupo Sietar Portugal.
- Albuquerque, R., Ferreira, L. E., e Viegas, T. (2000). *O fenómeno associativo em contexto migratório. duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta/Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.
- Allport, G. W. (1954/1979). *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Alves, M., e Ávila, P. (1994). Indianos em Portugal - Processos de (re)construção da identidade e estratégias de integração. In Encontro sobre *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local, Vila do Conde, 1993* (pp. 285-297). Lisboa: APS.
- Amâncio, L. (1998). Sexismo e Racismo - Dois exemplos de exclusão do 'Outro'. In H. G. de Araújo, P. M. Santos, e P. C. Seixas (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 79-88). Porto: S.P.A.E.
- Areia, M. L. R. (1998). Portugal e o "outro" africano: A imigração e o racismo. In *Colóquio Internacional sobre Portugal na transição do milénio em Lisboa, 1977* (pp. 409-417). Lisboa: Fim de Século.
- Bacelar de Vasconcelos, P. (1998). Racismo e Xenofobia: a realidade portuguesa - A comunidade cigana em Portugal. In H. G. de Araújo, P. M. Santos, e P. C. Seixas (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 35-40). Porto: S.P.A.E.
- Baganha, M. I., e Góis, P. (1999). Migrações internacionais de e para Portugal: O que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 229-280.
- Baganha, M. I., Ferrão, J. e Malheiros, J. M. (1999). Os imigrantes e o mercado de trabalho: O caso português. *Análise Social*, 150, 147-173.
- Baganha, M. I., Ferrão, J., e Malheiros, J. M. (1998). *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Baganha, M. I., Marques, J. C., e Fonseca, G. (2000). *Is an ethclass emerging in Europe? The portuguese case*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

- Bastos, S. P. (1990). Espaço doméstico, espaço simbólico e identidade - Um olhar sobre o viver indiano na cidade de Lisboa. *Colóquio viver (n)a cidade* (pp. 17-31). Grupo de ecologia social do LNEC/ Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, Lisboa.
- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal. Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Contador, A. C. (1998). Consciência de geração e etnicidade: da segunda geração aos novos luso-africanos. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 26, 57-83.
- Contador, A. C. (2001) *Cultura juvenil negra em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Correia, I., Brito, R., e Vala, J. (2001). *Normes antiracists et persistence du racisme flagrant: analyse comparative des attitudes face aux tziganes et face aux noirs au Portugal. Working Paper 1/01*. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social.
- Cunha, I. F., Policarpo, V., Monteiro, T. L., e Figueiras, R. (2002). Media e discriminação: um estudo exploratório do caso português. *Observatório*, 5, 27-38.
- Delgado, A. M. (1997). *Branco e Negro. Construção social da assimetria (expressão de identidades entre crianças brancas e negras)*. Tese de Licenciatura. Lisboa: ISCTE.
- Deschamps, J.-C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In H. Tajfel (Ed.). *Social identity and intergroup relations* (pp. 85-98). Cambridge: Cambridge University Press.
- Doise, W. (1976/1984). *A Articulação Psicossociológica e as Relações entre Grupos*. Lisboa: Moraes Editores.
- Esteves, M. C. (1991). Portugal: País de imigração. *Cadernos IED*, 22. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Freyre, G. (1933). *Casa Grande e Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Khan, S., e Vala, J. (1999). Traços negros. Aculturação e identidades de jovens de origem africana. In J. M. Pais (Coord.). *Traços e riscos de vida. Uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis* (pp. 143-169). Lisboa: Âmbar.
- Leitão, J. (1998). Combater a exclusão, alargando a cidadania social. In H. G. de Araújo, P. M. Santos, e P. C. Seixas (Coords.). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 55-62). Porto: S.P.A.E.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groups dominés. Images masculines et féminines*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Machado, F. L. (1992). Etnicidade em Portugal: Contrastes e politização. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 12, 123-136.

- Machado, F. L. (1994). Luso-africanos em Portugal: Nas margens da etnicidade. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 16, 111-134.
- Machado, F. L. (1997). Contornos e especificidades da imigração em Portugal. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 24, 9-44.
- Machado, F. L. (1998). Da Guiné-Bissau a Portugal: Luso-guineenses e imigrantes. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 26, 9-56.
- Machado, F. L. (1999). Imigrantes e estrutura social. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 29, 51-76.
- Machado, F. L. (2000). Os novos nomes do racismo: Especificação ou inflação conceptual? *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 9-44.
- Malheiros, J. M. (1996). *Imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem migrante*. Lisboa: Colibri.
- Mendes, M. M. (1998). Etnicidade cigana, exclusão social e racismos. *Sociologia*, 8, 207-246.
- Miranda, J. C. (1994). *Os estereótipos que os "portugueses" desenvolvem sobre os grupos étnicos residentes em Portugal*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.
- Miranda, J. C. (2002). *A identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta.
- Montagu, A. (1997). *Man's Most Dangerous Myth - The Fallacy of Race*. Londres: Sage.
- Nunes, O. (1981). *O povo cigano*. Porto: Livraria Apostulado da Imprensa.
- Paes, I. S. (1993). Crianças de imigrantes. Que oportunidades?. In *Actas do II Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 1992: Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Lisboa: Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia.
- Pina-Cabral, J. (1998). Racismo ou etnocentrismo. In Araújo, H. G. de, Santos, P. M. e Seixas, P. C. (coors). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa*. Porto S.P.A.E.
- Richards, G. (1997). *'Race', Racism and Psychology: Towards a reflexive history*. Nova Iorque: Routledge.
- Rocha-Trindade, M. B. (Org.) (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rothbart, M., e Taylor, M. (1992). Category labels and social reality: Do we view social categories as natural kinds? In G. R. Semin, e K. Fiedler (Eds.). *Language, interaction, and social cognition*. Londres: Sage.
- Saint-Maurice, A. (1997). *Identidades reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta.

- Saint-Maurice, A., e Pires, R. P. (1989). Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10/11, 203-226.
- Samutelela Pires, H. (1996). Análise do insucesso escolar dos estudantes dos PALOP na Universidade de Coimbra numa perspectiva transcultural. *Revista Africana*, 16, 91-163.
- Samutelela Pires, H. (2000). Estudantes dos PALOP no Ensino Superior Português. *Psicologia*, XIV (2), 149-157.
- Seabra, T. (1994). Cidadania: a europa e os imigrantes. In Actas do Encontro Sobre Dinâmicas Culturais, Cidade e Desenvolvimento Local, em Vila do Conde, 1993 (pp. 87-96). Lisboa: APS.
- Silva, M. C., e Silva, S. (2002). Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia. Passados Recentes, Futuros Próximos*. APS.
- Tajfel, H. (1982c). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1-39.
- Toscano, M. F. (1990). Descobertos mas não “descobridos”: mecanismos de (des)integração dos imigrantes africanos em diáspora em Lisboa – Leitura sociológica de um caso de intervenção. *Colóquio Viver (na) Cidade* (pp.73-90). Grupo de Ecologia Social do LNEC e Centro de Estudos Territoriais de ISCTE. Lisboa.
- UNESCO (1967). *Le racisme devant la science*. Paris: Gallimard.
- Vala, J. (Org.) (1999). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.
- Vala, J., Brito, R., e Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.